



GT 07 - Direito à Cidade, Cultura e Memória: Reparação e Reconhecimento na Política Urbana Contemporânea – a Cidade como um Bem Comum

PEQUENA ÁFRICA: A SIGNIFICAÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Stéfany dos Santos Silva¹

1 INTRODUÇÃO

Há pelo menos quatro décadas o movimento negro vem movendo esforços pela significação de poções da área central da Cidade do Rio de Janeiro como Pequena África, alcunha dada pelo artista e sambista Heitor dos Prazeres no início do século XX ao território. Desde o tombamento provisório da Pedra do Sal em 1984, em meio ao processo de redemocratização do país, as disputas em torno da memória e do patrimônio negro na região tem sido um dos objetos centrais na luta pela visibilização e valorização da histórica ocupação negra nessa região bem como suas contribuições para as transformações da cidade.

Tanto através do reconhecimento dos patrimônios materiais e imateriais da região, quanto pelos esforços de visibilizar as práticas culturais, as organizações e as personalidades negras, ativistas, artistas e pesquisadores têm trabalhado para reduzir as lacunas e lutar contra os apagamentos produzidos ao longo do último século pelos históricos processos de transformação urbana. Das obras do prefeito Pereira Passos no início do século XX, passando pela abertura da Avenida Presidente Vargas (1944), bem como o arrasamento de importantes morros da região (como o Morro do Castelo e o Morro de Santo Antônio), até os projetos contemporâneos para o centro da cidade como o Porto Maravilha (2009 -) e o Reviver Centro (2021 -), a implementação desses projetos urbanos tem contribuindo para o processo de *branqueamento do território* (SANTOS, 2017), seja através dos sistemáticos processos de remoção ou das narrativas e discursos que invisibiliza e subalterniza a população negra e pobre.

¹ Arquiteta e urbanista, mestre e doutoranda em planejamento urbano e regional, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), stefany.santos@hotmail.com.br.



O anúncio desse processo de branqueamento do território no contexto do projeto Porto Maravilha - uma operação urbana consorciada com objetivo de promover a valorização da zona portuária do Rio de Janeiro através do mercado imobiliário e da mudança no padrão de ocupação da região -, vem sendo investigado nessa pesquisa através da propaganda desses empreendimentos imobiliários e as representações de um projeto de um futuro que não contempla a população local. Desse modo, por muito tempo se estabeleceu um duplo processo de significação da região: de um lado os discursos de esvaziamento e ausência de vitalidade que justificava e legitimava a implementação do projeto porto maravilha, do outro as lutas do movimento negro e das organizações locais pela valorização da história e memória negra.

No entanto, mais de uma década após o lançamento do projeto Porto Maravilha, é perceptível o crescimento do interesse público pelas particularidades dos bairros da zona portuária, em especial pelos atrativos culturais da região, a maioria deles associados à cultura afro-brasileira. Seja pelos esforços da prefeitura em re-impulsionar o projeto após o hiato da pandemia e da gestão do prefeito Marcelo Crivella (2016-2020), seja pelos grupos e organizações locais dedicados ao turismo, comércio e cultura, a região tem se consolidado como uma nova centralidade na cidade do Rio de Janeiro. Em 2021 o bairro da Saúde é eleito pelo guia londrino Time Out como um dos bairros mais descolados do mundo, fato amplamente compartilhado pelos veículos de mídia locais. Atrativos como bares, restaurantes, passeios e atividades culturais como as rodas de samba são fatores que contribuem para o aumento do público, composto por moradores de outras regiões e turistas.

Desse modo, se os esforços para a significação território como Pequena África passa pela valorização da cultura, memória e patrimônio negros, o crescimento do interesse pela zona portuária nos levanta algumas questões: como a Pequena África tem aparecido nos discursos oficiais? Como os signos e símbolos da cultura negra são mobilizados na propaganda do território?

2 A PEQUENA ÁFRICA NOS PROJETOS DE RENOVAÇÃO URBANA

Desde o seu lançamento em 2009, a cultura é um dos grandes motores de impulsionamento do Projeto Porto Maravilha. Seguindo a cartilha catalã do modelo de planejamento urbano estratégico, a cidade é compreendida como uma empresa, ou mesmo uma mercadoria (VAINER, 2000), demandando estratégias de marketing urbano que a



projetam em um cenário global. Nesse sentido, o plano segue a lógica desse modelo neoliberal de gestão urbana, onde a cidade é vista como um produto à venda (VAINER, 2000) e a cultura assume um papel fundamental na sua propaganda (ARANTES, 2000). Assim, o projeto que nasce para atender as demandas de megaeventos como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), tem como uma das suas marcas a construção de grandes equipamentos culturais e de lazer, como museus, aquário e mesmo uma roda gigante.

Nesse contexto, no entanto, poucos foram os investimentos nas organizações dedicadas a cultura e a valorização do patrimônio negro da Pequena África, tampouco na salvaguarda do patrimônio na região. Ainda que tenha sido criado o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, por meio do Decreto Municipal 34.803, fruto das lutas do movimento negro, poucos foram os esforços para visibilizar essas narrativas durante a primeira fase do Porto Maravilha (2009 - 2016). Como podemos observar a partir dos dados abaixo, houve uma distribuição desigual e concentrada dos recursos oriundos da vendas dos certificados de potencial adicional de construção destinados à cultura, privilegiando os grandes equipamentos urbanos, como o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã, em detrimento das organizações culturais negras como o Centro Cultural José Bonifácio (atual Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira), o Cais do Valongo e o Instituto Pretos Novos.

Quadro 1 – Distribuição dos recursos do programa Porto Maravilha Cultural (2009 - 2016)

Recebimentos	R\$ 114.496.737,41	
Pagamentos	R\$ 122.761.507,80	
Gestão MAR – Odeon	R\$ 51.745.815,08	42,15%
Gestão Museu do Amanhã – IDG	R\$ 24.628.572,00	20,06%
Fundação Roberto Marinho – Obras MAR	R\$ 13.501.165,99	11,00%
Restauração Galpões da Gamboa	R\$ 8.534.172,82	6,95%
Restauração Igreja de São Francisco da Prainha	R\$ 4.292.382,63	3,50%
Edital de Projetos	R\$ 4.050.207,34	3,30%
Restauração Centro Cultural José Bonifácio	R\$ 3.888.202,00	3,17%
Pagamentos Diversos	R\$ 3.721.213,15	3,03%
Prêmio Cultural	R\$ 2.544.199,62	2,07%
Instituto de Arqueologia do Brasil – IAB	R\$ 2.303.496,92	1,88%
Restauração Filhos de Thalma	R\$ 1.465.206,78	1,19%
Quadra Vizinha Faladeira	R\$ 1.110.220,00	0,90%
lets	R\$ 450.000,00	0,37%
Cais do Valongo	R\$ 321.653,47	0,26%
Instituto Pretos Novos	R\$ 205.000,00	0,17%
Resultado Financeiro	R\$ 8.266.437,60	
Saldo	R\$ 1.667,21	



Fonte: Relatório trimestral de atividades do Porto Maravilha - 1º trimestre 2017.²

Apesar dessa análise crítica quanto a distribuição dos recursos está presente no relatório que inaugura a gestão do prefeito Marcelo Crivella (2017 - 2020), os anos seguintes foram marcados por uma quase ausência de investimento nas instituições culturais. Nesse contexto, o programa Porto Maravilha Cultural foi reduzido à concessão de autorizações para a realização de eventos nos espaços e equipamentos públicos da região. No entanto, um fator que pode ser utilizado como justificativa para tal baixa nos investimentos está na estagnação da venda de CEPACS e com isso a ausência de recursos.

O ano de 2021 marca o início do novo mandato do prefeito Eduardo Paes e com isso uma retomada no modelo de gestão urbana através dos grandes projetos urbanos. Anúncio como o projeto para a reestruturação urbana da região do sambódromo ajuda a ilustrar essa nova fase. Entendo o sambódromo como parte da Pequena África e o samba como uma das mais expressivas práticas culturais negras, os discursos de invisibilização dão lugar para a apropriação de parte dessa cultura como estratégia de valorização urbana, orientando o redesenho do espaço urbano. Tendo como foco a animação urbana e as políticas de image-making (ARANTES, 2000), aspectos das relações sociais e das práticas culturais de diferentes grupos são transformados em objeto de valorização do espaço. Nesse processo há uma orientação da cultura para o consumo, com a privatização dos espaços de cultural e a seleção do público que irá consumir.

Esses projetos são construídos sem a escuta dos grupos sociais, e a implementação destes por vezes tem acirrado as desigualdades e a segregação social; é o uso da cultura sem as pessoas que a promovem. Nesse sentido, a mobilização da cultura como estratégia de promoção da cidade, bastante presente na primeira fase de implementação do projeto Porto Maravilha, ganha novos ares nessa nova gestão. Se os discursos que inauguram a operação urbana são marcados pelas narrativas de abandono e degradação da região, com a invisibilização desse histórico de ocupação negra, nessa nova fase a Pequena África, a partir da mobilização de elementos da cultura afro-brasileira, começa a ser acionada não

² Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/31984144-b5d8-42f6-b944-26345a820727/035e0603-a303-41ba-ace1-25ae00208143?origin=1>>. Acesso em: 4 de junho de 2025.



apenas pela prefeitura, mas também dos agentes imobiliários na região em suas estratégias de marketing.

É curioso notar que os novos lançamentos imobiliários no porto, voltados para a habitação, estão sendo batizados com nomes de personagens e símbolos da cultura negra: *Sal Rio Residencial* na Pedra do Sal, *Ciata Residencial*, *Residencial Heitor dos Prazeres* e *Residencial Pixinguinha* em homenagem a essas personalidades negras. No entanto, se por um lado o material publicitário desses empreendimentos aciona signos da cultura negra como estratégia de propaganda, por outro as imagens dos projetos apontam para o mesmo padrão de uso e ocupação dos empreendimentos lançados na primeira fase do Porto Maravilha. Isso nos leva a questionar sobre a permanência de um mesmo projeto de cidade, e mesmo se existe algum impacto na valorização da cultura negra e das organizações do território.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões brevemente apresentadas são fruto de um processo investigativo ainda em curso que vem sendo desenvolvido desde o mestrado e que agora ganha novos contornos dentro da pesquisa de doutorado. Sem a pretensão de respostas conclusivas para as perguntas apresentadas, nosso objetivo foi levantar provocações sobre a dimensão cultural dos projetos neoliberais de renovação urbana e os impactos na existência e permanência de territórios e grupos subalternizados.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.**

ARANTES et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, v. 3, p. 75-103. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Renato Emerson dos; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lisyane Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. **Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou re-existência e protagonismo?** Seminário indisciplinar. UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** ARANTES et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, v. 3, p. 75-103. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.